



RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA CDICA

Comissão em Defesa da Primeira
Infância, Criança e Adolescente

Presidente: Deputada Ana Cunha

2025

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

**COMISSÃO EM DEFESA DA PRIMERA INFÂNCIA, CRIANÇA E
ADOLESCENTE**

**DEPUTADA ANA CUNHA
PRESIDENTE**

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2025



Apresentação

1. Ações desenvolvidas
2. Reuniões da Comissão
3. Sessão Especial
4. Espaço da ALEPA na Green Zone COP 30/ Comissão
5. Fiscalização e acompanhamento das políticas públicas e programas de governo
6. Estudo, análise sobre as principais pautas da primeira infância, criança e adolescente
7. Ações continuadas 2026

Anexos

1. Membros da Comissão
2. Competências



APRESENTAÇÃO

Relatório de Atividades – 2025

Comissão em Defesa da Primeira Infância, da Criança e do Adolescente

O ano de 2025 representou um marco significativo para a atuação da Comissão, tanto pelo fortalecimento das políticas públicas destinadas à proteção integral de crianças e adolescentes no Estado, quanto pelo contexto estratégico da **preparação da COP 30**, que foi realizada em Belém. Esse cenário ampliou responsabilidades e abriu novas agendas de reflexão sobre direitos humanos, sustentabilidade, justiça social e proteção de populações vulneráveis.

A realização de um evento global dessa magnitude reforçou a urgência de promover políticas estaduais que dialoguem com os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** (ODS), especialmente aqueles que tratam da redução das desigualdades (ODS 10), promoção da educação de qualidade (ODS 4), igualdade de gênero (ODS 5), saúde e bem-estar (ODS 3), erradicação da pobreza (ODS 1) e construção de instituições eficazes e responsáveis (ODS 16). Em todas essas dimensões, a garantia de direitos de crianças e adolescentes ocupa posição central e transversal.

Ao longo de 2025, a Comissão buscou consolidar um trabalho pautado na defesa do **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**, na articulação com o **Sistema de Garantia de Direitos** e no diálogo com as legislações estaduais que estruturam políticas voltadas à infância e adolescência. Entre essas normas, destacam-se:

- a **Política Estadual de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente**,
- o **Plano Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual**,
- a **Lei Estadual de Prevenção e Responsabilização por Violência contra Crianças e Adolescentes em Ambientes Institucionais**,
- e demais dispositivos que reafirmam o compromisso do Estado com a proteção integral.

Nesse período, a Comissão desenvolveu ações de **monitoramento, fiscalização, proposição legislativa, escuta social e articulação interinstitucional**, com especial atenção ao tema da violência sexual contra crianças e adolescentes. Essa prioridade esteve alinhada a dados recentes que apontam aumento das notificações, tanto em ambientes presenciais quanto digitais, e à necessidade de reforçar estratégias de comunicação responsável, prevenção, acolhimento e responsabilização.

O presente Relatório registra **as principais ações realizadas pela Comissão em 2025**, incluindo participação em reuniões técnicas, eventos institucionais da rede de proteção, atividades de fiscalização, participação em eventos nacionais, elaboração de nota técnicas e pareceres e proposições legislativas, além das articulações com órgãos do



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

COMISSÃO EM DEFESA DA 1ª INFÂNCIA, CRIANÇA E DO ADOLESCENTE



Sistema de Garantia de Direitos, organizações da sociedade civil, universidades e organismos internacionais

Destacamos no período a eleição da presidente **deputada Ana Cunha**, para a 1ª **Secretaria da Frente Interestadual de Mobilização Nacional Pró - Criança e Adolescente - FECRIANÇA, da UNALE** com a missão de promover o diálogo e o debate sobre a importância das políticas públicas de proteção à criança e ao adolescente, a priorização da garantia de direitos, na agenda do legislativo em todos os estados brasileiros.

Mais do que apresentar resultados, este documento reafirma o compromisso da ALEPA com o enfrentamento das violações, a promoção de políticas públicas baseadas em evidências e a sustentação de agendas estratégicas que preparem o Estado do Pará para os desafios contemporâneos entre eles, a realização da COP 30, o cumprimento dos ODS e a construção de um ambiente seguro, inclusivo e protetivo para todas as crianças e adolescentes. Sempre considerando as principais pautas em defesa dos direitos fundamentais, desenvolvimento integral, Participação e Proteção e Políticas Públicas. Essas pautas são fundamentais para garantir que as crianças e adolescentes tenham uma infância e uma adolescência seguras, saudáveis e felizes. E ao consolidar este relatório, reafirmamos que a proteção integral é um dever do Estado, da sociedade e da família, e que somente por meio da ação coordenada, transparente e contínua será possível avançar na garantia dos direitos de meninas e meninos do Pará.



1- Ações desenvolvidas

Registro das ações do Projeto “Diálogos em Defesa da primeira infância, da criança e adolescente amazônica” que visa manter o diálogo com a rede de prevenção e proteção social, das políticas públicas para a primeira infância, criança e adolescente do estado do Pará.

- **Campanha de Orientação e conscientização, do uso dos canais de denúncias - Pule, Brinque e Cuide** (fevereiro) DISQUE 100,181, 190 em qualquer situação de assédio, abuso e exploração de crianças e adolescente no carnaval. A comissão iniciou o ano levando sua mensagem sobre proteção e prevenção através de alerta aos cuidados necessários nos eventos carnavalescos;
- **Campanha de conscientização do autismo (abril) Dia Mundial da Conscientização do Autismo** - A presidente Deputada Ana Cunha se posicionou nas redes sociais, para aumentar a conscientização sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e promover a inclusão e os direitos das pessoas com autismo. É um momento importante para promover a inclusão e o respeito às pessoas com autismo
- **Celebração do Dia Nacional de Combate ao Bullying** (em 7 de abril) A presidente da Comissão se manifestou nas redes sociais para **conscientizar sobre os efeitos negativos do bullying e promover a cultura da paz e do respeito nas escolas e comunidades**. Um alerta sobre a importância de prevenir e combater o bullying, promovendo um ambiente seguro e respeitoso para todos. Juntos, podemos fazer a diferença e criar um mundo mais acolhedor e inclusivo.
- Participação no Seminário promovido pela Cáritas Brasileira e pela Faculdade Católica de Belém (abril) que celebrou a conclusão de **curso lato sensu para agentes multiplicadores de enfrentamento a violência contra crianças e adolescentes**, reafirmou na ocasião seu compromisso com a infância e adolescência e a proteção necessária para um futuro justo e seguro em todo o estado do Pará.
- **Projeto “O Problema é Nossa”** (maio)
A realização da Campanha 2025, teve início com seu lançamento no Plenário da ALEPA e simultaneamente em todos os Shopping de Belém e nos locais de grande circulação como portos, aeroportos. com objetivo de promover o diálogo



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

COMISSÃO EM DEFESA DA 1ª INFÂNCIA, CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

com os gestores públicos e particulares, responsáveis pelos espaços de comércio, de lazer e de convivência.



Destaque para a participação dos representantes da Associação Brasileira de Shopping Center - ABRASCE, das companhias de transportes aéreo e terrestre e os órgãos do sistema de segurança pública do estado do Pará.

- **Participação na Campanha “Diga Não ao Trabalho Infantil” (junho)** A presidente reafirma seu **compromisso com a proteção à infância e adolescência**, ressalta a importância da participação e a mobilização da sociedade como estratégias eficientes em todo e qualquer cenário que meninos e meninas se encontrem, na escola, na família e na comunidade. E recomenda a utilização dos meios oficiais de denúncia, como o DISQUE 100, CONSELHO TUTELAR, POLÍCIA CIVIL E DELAGACIAS ESPECIALIZADAS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
- **Comemoração dos 35 Anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (julho)** A Presidente da Comissão através das redes sociais reafirma compromisso com a garantia de direitos, com escuta ativa e de políticas públicas de prevenção, proteção e valorização das crianças e adolescentes.
- **Participação no evento - Capacitação Orientar é a nossa missão - Polo Barcarena.** Com a participação de gestores, técnicos e servidores dos municípios da região do baixo Tocantins. O evento foi promovido pelo Tribunal de Contas dos Municípios através da Escola de Contas. Destaque para o painel sobre a Primeira Infância, a elaboração dos Planos Municipais e garantia de recursos para efetivação da política.
- **Seminário Primeiros Passos - Infâncias na Amazonia em Belém,** (agosto) promovido pela prefeitura municipal e parceiros com objetivo de impulsionar o debate e a articulação e a implementação de políticas públicas voltadas a primeira infância na região amazônica. participação da Presidente da Comissão deputada Ana Cunha na abertura e como painelista no Painel - Pacto Federativo em Ação: Políticas Públicas para as Infâncias Amazônicas.
- **Participação na Abertura da 5ª Etapa da Itinerância “Ação pelas Meninas e Mulheres do Marajó”** realizado em Salvaterra/Marajó (agosto) que ocorreu em 23 de agosto 2025, coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça do Tribunal em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA e instituições locais;
- **Participação no II Encontro Nacional da Primeira Infância (ENAPI), promovido pelo Tribunal de Contas de Minas Gerais (TCEMG),** em parceria com a Atricon e o Instituto Rui Barbosa (IRB). Nos dias 27, 28 e 29 de agosto,



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

COMISSÃO EM DEFESA DA 1ª INFÂNCIA, CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

COMISSÃO EM DEFESA DA PRIMEIRA INFÂNCIA
CRIANÇA E
ADOLESCENTE
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

Belo Horizonte, com o tema “Prioridade Absoluta: Promover Direitos agora e Superar Desigualdades”.

- **Participação Seminário Primeira Infância em Foco: orçamento, fundos e política pública integrada**, em Belém-PA. no dia 28/08/25 Ministério Público (agosto)
- **Participação do Lançamento do Livro sobre crimes cibernéticos** (Belém) do DR PhD Thiago Ximenes.
- **Participação em outros Eventos e reuniões técnicas**
Seminário Estadual Convivência familiar e Comunitária - Direito Fundamental de Crianças e Adolescentes – MPPA, UFP^a, NECA
Seminário Projeto Conhecer para Adotar – Maio - Tribunal Justiça do Estado do Pará
Reunião da 1^a Vara da Justiça da Criança e do Adolescente – MPP
- **Participação no Evento - Projeto Tendas Laranjas** uma iniciativa do Ministério Público do Pará, coordenado pelo Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOIJ) do MPPA e conta com a participação de 48 profissionais e mais de 200 voluntários em parceria com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) para promover a justiça climática e a proteção integral da infância durante a COP30, realizada em Belém. O projeto consiste em oito tendas espalhadas pela cidade, oferecendo ambientes seguros para acolhimento, atendimento humanizado, orientação e escuta qualificada para crianças, adolescentes e populações vulneráveis. As tendas também promovem ações educativas, distribuição de materiais informativos e atividades de sensibilização.

2. Reuniões da Comissão

- **Reunião preparatória da comissão**(abril) com objetivo de preparação das ações do maio laranja, com a participação dos órgãos do sistema de proteção representado pelas Secretaria de Segurança Pública e a Delegacia de Polícia Civil visando o fortalecimento da rede de proteção e a mobilização necessária ao enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes:
- **Reunião Ordinária da Comissão**
No dia 02 de setembro de 2025, a Sala Multiuso da ALEPA recebeu uma reunião presidida pela deputada Ana Cunha, com a presença dos deputados membros da Comissão. A reunião teve como pauta central a participação da Comissão COP 30 na prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes. Contando com a participação ativa dos órgãos e entidades que integram o Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.



- **Reunião preparatória para a COP 30 (setembro)**

A comissão, presidida pela deputada Ana Cunha reuniu com órgãos e entidades, tendo como pauta a realização da Sessão Especial “Curupira Mirim - Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes”, marcada para o dia 01 de outubro de 2025. O objetivo da Sessão Especial será promover o diálogo sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes, além de fortalecer a rede de proteção com a integração de órgãos públicos e privados, reafirmando o compromisso da ALEPA com a defesa da infância e adolescência no Pará.

3. Sessão Especial

Tema: Enfrentamento à exploração e violência sexual de crianças e adolescentes no âmbito da COP 30

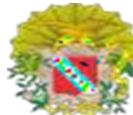
No dia 1º de outubro de 2025, a ALEPA realizou a Sessão Especial sobre o enfrentamento da violência e exploração sexual de crianças e adolescentes no contexto da COP 30.

O encontro destacou os resultados da Operação Curupira Mirim, realizada em setembro, que mobilizou forças de segurança na capital Belém, região metropolitana e municípios turísticos do Marajó oriental para combater a exploração sexual infantil. Também foi apresentada a Lei 15.211/25 – ECA Digital, marco legal que protege crianças e adolescentes contra conteúdos nocivos na internet, garantindo um ambiente virtual mais seguro e fortalecendo os direitos da infância no mundo digital. Com essas iniciativas, a ALEPA reafirma seu compromisso com a proteção da infância, posicionando o Pará como referência nacional em fiscalização, educação e políticas públicas voltadas à segurança e bem-estar de crianças e adolescentes.

A Sessão contou com apoio do Sistema de Segurança Pública federal e estadual e do Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes, reforçando a integração entre órgãos e a preparação para a COP 30.

4. Espaço ALEPA na GREEN ZONE COP 30 – Painel da Comissão

No dia 18 de novembro de 2025, na programação oficial da ALEPA, foi realizada a participação da Comissão através da ação do projeto do “Diálogos em Defesa da Primeira Infância, da Criança e do Adolescente Amazônica” com tema, **Crianças e Adolescentes Amazônicas: Realidade, Desafios e Oportunidades**. O público foi composto por parlamentares, representantes do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Ministério Público, gestores da rede de proteção social, conselhos de direitos, sociedade civil, universidades, organizações internacionais e entidades parceiras da infância.



Como Painelista e coordenadora do evento a deputada Ana Cunha, presidente da comissão, fez a condução do evento, com a participação das demais painelistas: Dra. Rubilene do Rosário - Juíza da 1ª Vara da Infância e Juventude de Belém - Poder Judiciário, Dra. Patrícia de Fátima de Carvalho Araújo - Promotora de Justiça e Coordenadora do CAOIJ - MPPA Dra. - Ariane Lilian de Lima dos Santos Melo Rodrigues - Delegada de Polícia Civil do Pará-Secretaria de Segurança Pública Delegada de Polícia Civil do Pará;

A participação da sociedade civil foi garantida através das entidades com a apresentação de projetos inspiradores: Torpedos Mirins (Breu Branco – Lago de Tucuruí) e Teco e sua Turma (Belém) e Campões do Amanhã (Abaetetuba)

A ALEPA reafirmou seu compromisso com a transformação social, defendendo a primeira infância como prioridade absoluta e valorizando as crianças como o maior investimento no futuro do Pará.

Participação no Lançamento do Protocolo de Proteção Integral de Crianças e Adolescentes em Grandes Eventos Compromisso com a Infância durante COP30 (novembro) – A presidente da comissão, deputada estadual Ana Cunha participou, a convite do prefeito de Belém, do lançamento do Protocolo de Proteção Integral de Crianças e Adolescentes em Grandes Eventos, realizado na Green Zone da COP30. A presidente recebeu do prefeito de Belém, o reconhecimento pelo trabalho que desenvolve na pauta da primeira infância, criança e adolescente. A presidente em pronunciamento, reafirmou o compromisso institucional com a proteção de crianças e adolescentes e sua dedicação as ações que fortalecem direitos que transformam vidas e constroem futuros.

5. Fiscalização e acompanhamento de políticas públicas e programas governamentais

Acompanhamento das ações de Políticas Públicas,

A Comissão acompanha a implantação e implementação das ações, programas e projetos das políticas públicas através dos instrumentos de planejamento e orçamento – Lei de Diretrizes Orçamentárias, Orçamento Anual e demais, para atender crianças e adolescentes, visando garantir seus direitos e promover o desenvolvimento integral, exemplificamos alguns deles:

Na Educação e Proteção

- Alfabetiza Pará: Programa que visa alfabetizar crianças através de jogos e contação de histórias, com foco em ensino lúdico através dos projetos:



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

COMISSÃO EM DEFESA DA 1ª INFÂNCIA, CRIANÇA E DO ADOLESCENTE



Creches por Todo o Pará: Garantia de construção de unidades para atender crianças em todo o estado, em parceria com municípios.

Escola Segura: Programa que visa garantir segurança no ambiente escolar, com equipe multidisciplinar e ações de prevenção à violência.

Na Proteção e Direitos

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI): Visa erradicar o trabalho infantil e promover a educação e desenvolvimento de crianças e adolescentes.

Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente: Articulação de instituições para prevenir violações e garantir direitos.

Tendas Laranjas: Iniciativa que oferece ambientes seguros para acolhimento, orientação e atendimento a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Na Saúde e Bem-Estar

Saúde Integral: Ações para promover a saúde e bem-estar de crianças e adolescentes, com foco em vacinação, alimentação saudável e prevenção de doenças.

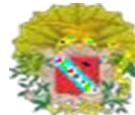
Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência Sexual: Ações para prevenir e combater a violência sexual contra crianças e adolescentes.

Esses programas demonstram o compromisso do governo do Pará em garantir os direitos e promover o desenvolvimento de crianças e adolescentes no estado.

5.1-Acompanhamento das ações dos conselhos de direitos das crianças e dos adolescentes - CEDCA e CONSELHOS TUTELARES – as atividades da comissão ocorrem através de reuniões e de análises de documentos e o acompanhamento as Reuniões do Colegiado – CEDCA com pautas específicas.

5.2-Acompanhamento das ações da 8ª vara da infância e juventude instauração do procedimento administrativo.

Nesse sentido, as ações são realizadas pela 8º Promotor de Justiça da Infância e Juventude de Belém e a 7ª Promotoria de Justiça da Infância e Adolescência aos órgãos com adolescentes em cumprimento de medida em internação (FASEPA) na escola (SEDUC) ou em atividades externas. Com fundamento no direito do adolescente à profissionalização, observada a capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho, conforme art. 69, II da Lei n.º 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente; que a Lei 12.594/2012 foi instituído o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE e assim estabelecido a regulação normativa à execução das medidas socioeducativas.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

COMISSÃO EM DEFESA DA 1ª INFÂNCIA, CRIANÇA E DO ADOLESCENTE



Em 2025 a Comissão recebeu as informações da Instauração dos procedimentos através de Recomendação da 8ª Vara da Infância e Juventude aos órgãos e empresas para a garantia dos direitos à inserção de adolescentes.

Quant/ tipo	Origem	Encaminhamento	Providências
08 empresas privadas	8ª Vara da Infância e Juventude Instauração do Procedimento Administrativo – Recomendação e Portaria.	Acompanhamento e fiscalização da política pública socioeducativa no que tange à garantia do direito à inserção de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa em programas de aprendizagem.	Para o cumprimento do objetivo desta recomendação

6. Estudo e análise sobre as pautas da primeira infância, crianças e adolescentes

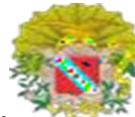
A Comissão elabora estudos e análises de dados e informações de temas de sua área de competência, com objetivo de manter a atualização jurídica das legislações, à identificação de vulnerabilidades, conhecer indicadores de risco e potencialidades, a fim de subsidiar o aprimoramento das ações e de políticas públicas intersetoriais voltadas à promoção e garantia dos direitos desse público.

6.1 Estudo

- Destaque para os Diálogos sobre Adultização Infantil - Estudo da Lei nº 15.211/2025 “Estatuto Digital da Criança e do Adolescente” (ECA Digital), sancionada pelo governo federal em setembro de 2025, com objetivo de proteger crianças e adolescentes no ambiente digital e coibir a chamada *adultização* (exposição de crianças a conteúdos, práticas e papéis próprios de adultos). Essa lei representa uma evolução significativa na promoção dos direitos de crianças e adolescentes no ambiente digital, criando um espaço online mais seguro e protegido. Com a implementação destas regras, o Pará e o Brasil assumem protagonismo entre os países das Américas na regulação do uso de plataformas digitais por menores de idade, fortalecendo a proteção dos seus direitos e promovendo segurança virtual.

6.2 Nota Técnica – pautas em destaque

- Nota Técnica sobre Alienação Parental
- Nota Técnica sobre Política de Convivência Familiar e Comunitária de crianças e adolescentes



- Nota Técnica Política de Incentivo a Adoção
- Nota Técnica sobre nova simbologia de acessibilidade do autismo e outras deficiências.

7. AÇÕES CONTINUADAS

A Comissão em Defesa da Primeira Infância, da Criança e do Adolescente atuará de forma estratégica para:

1. Enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes

- **Fortalecimento das redes de proteção:** ampliar a integração entre Conselhos Tutelares, Ministério Público, Defensoria Pública, Delegacias Especializadas e serviços de saúde e assistência social, garantindo respostas rápidas e efetivas.
- **Campanhas educativas permanentes:** desenvolver materiais pedagógicos e midiáticos que abordem sinais de violência, canais de denúncia e direitos das vítimas, com linguagem acessível e culturalmente adequada.
- **Ações preventivas:** implementar programas em escolas e comunidades que promovam a cultura da paz, da equidade de gênero e do respeito aos direitos humanos.
- **Mecanismos de responsabilização:** assegurar que os casos sejam devidamente investigados e julgados, com acompanhamento psicossocial às vítimas e responsabilização dos agressores.

2. Ampliação da articulação intersetorial

- **Integração institucional:** criar fóruns permanentes de diálogo entre órgãos governamentais, conselhos de direitos, sistema de justiça e sociedade civil, com reuniões periódicas e agendas conjuntas.
- **Parcerias com universidades e centros de pesquisa:** fomentar estudos e diagnósticos sobre a realidade da infância e adolescência, subsidiando políticas públicas baseadas em evidências.
- **Participação comunitária:** estimular a presença ativa de lideranças locais, associações de moradores e coletivos juvenis na construção de estratégias de proteção.

3. Desenvolvimento de projetos permanentes

- **“Diálogos da 1ª Infância, da Criança e Adolescente Amazônica”:** promover rodas de conversa, oficinas e seminários voltados para a valorização da infância na região amazônica, respeitando a diversidade cultural e os saberes tradicionais.
- **“Quem vê cara não vê crime – Proteja sua criança”:** campanha de sensibilização que combate estigmas e preconceitos, reforçando a importância da vigilância comunitária e da denúncia responsável.
- **“O Problema é Nossa”:** iniciativa que mobiliza famílias, escolas e meios de comunicação para reconhecer que a violência contra crianças e adolescentes é uma questão coletiva, exigindo ação conjunta e contínua.

4. Elaboração, fiscalização e monitoramento de políticas públicas



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO EM DEFESA DA 1ª INFÂNCIA, CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

COMISSÃO EM DEFESA DA
PRIMEIRA INFÂNCIA
CRIANÇA E
ADOLESCENTE
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

- **Orçamento adequado e transparente:** garantir que os recursos destinados à infância sejam suficientes e devidamente aplicados, com relatórios públicos acessíveis.
- **Indicadores e avaliação contínua:** criar sistemas de monitoramento que permitam medir o impacto das ações, identificar falhas e propor melhorias.
- **Controle social:** assegurar que conselhos de direitos e organizações da sociedade civil tenham acesso às informações e possam exercer fiscalização efetiva.
- **Capacitação de gestores e técnicos:** promover formação continuada para profissionais que atuam diretamente na execução das políticas, fortalecendo a qualidade dos serviços

CONCLUSÃO

A Comissão em Defesa da Primeira Infância, da Criança e do Adolescente reafirma seu compromisso institucional com a promoção, a defesa e a garantia dos direitos de



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

COMISSÃO EM DEFESA DA 1ª INFÂNCIA, CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

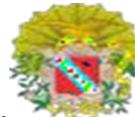


crianças e adolescentes no Estado do Pará. Fundamentada nos princípios constitucionais da proteção integral e da prioridade absoluta, sua atuação busca fortalecer o papel do Poder Legislativo na formulação, no acompanhamento e na fiscalização de políticas públicas eficazes e integradas.

Ao enfrentar de forma contínua as diversas formas de violência que atingem a infância e a adolescência, especialmente o abuso e a exploração sexual, a Comissão contribui para o fortalecimento da rede de proteção e para a mobilização do Estado e da sociedade na construção de ambientes mais seguros, justos e acolhedores.

Dessa forma, a Comissão se consolida como espaço estratégico de articulação, diálogo e controle social, atuando para assegurar que nenhuma criança ou adolescente seja privado de seus direitos fundamentais, garantindo condições dignas para seu desenvolvimento pleno e para a construção de um futuro mais justo para toda a sociedade.

ANEXO 1 – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

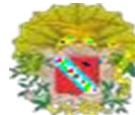


MEMBROS

TITULARES	SUPLENTES
Deputada Ana Cunha - PSDB - Presidente	Deputado Dr. Wanderlan - MDB
Deputada Andreia Xarão MDB - Vice-presidente	Deputado Eliel Faustino - UB
Deputada Paula Titan - MDB	Deputado Ronie Silva - MDB
Deputada Maria do Carmo - PT	Deputado Dirceu Ten Caten - PT
Deputado Fábio Figueiras - PSB	Deputado Aveilton Souza - PL
Deputado Coronel Neil - PL	Deputada Lívia Duarte - PSOL
Deputado Del. Nilton Neves - PSD	Dep. Ângelo Ferrari - MDB

ANEXO – 2 COMPETÊNCIAS DA COMISSÃO

Proteção e garantia dos direitos da criança:



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO EM DEFESA DA 1^a INFÂNCIA, CRIANÇA E DO ADOLESCENTE



- Emitir de parecer em todas as proposições que versem sobre matéria relacionada à primeira infância, crianças e adolescentes;
- Receber, avaliação e providências em relação à ameaça ou violação dos direitos das crianças e adolescentes;
- Receber, avaliação e providências em relação à ameaça ou violação do estatuto da primeira infância;
- Proteger aos direitos do nascituro;

Fiscalização e acompanhamento de políticas públicas

- Fiscalizar e acompanhamento dos programas governamentais relativos à proteção dos direitos da criança e do adolescente;
- Discutir sobre os programas que objetivem o apoio à primeira infância, criança e adolescente em situação de risco social;
- Monitorar políticas públicas relacionadas à primeira infância, assim como a crianças e adolescentes;
- Acompanhar as ações dos conselhos de direitos das crianças e dos adolescentes, instalados no Estado;

Estudo e pesquisa

- Pesquisar e estudo sobre a situação da primeira infância, crianças e adolescentes no Estado do Pará e no Brasil, inclusive para efeito de divulgação pública;
- Estabelecer parcerias
- Colaborar com entidades não governamentais, estaduais e municipais que atuem na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes;

Acompanhamento e avaliação

- Acompanhar de ações tomadas em âmbito nacional e internacional por instituições multilaterais, Estados brasileiros e organizações não governamentais nas áreas da tutela das crianças e adolescentes;

Atuação e articulação

- Atuar e articular os meios e mecanismos à Defesa e Proteção aos Direitos da 1^a Infância, da Criança e do Adolescente;

